

05/04/2016

PRIMEIRA TURMA

INQUÉRITO 4.013 AMAPÁ

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: ANTÔNIO ROBERTO RODRIGUES GÓES DA SILVA
ADV.(A/S)	: LUÍS HENRIQUE ALVES SOBREIRA MACHADO
ADV.(A/S)	: BÁRBARA BARBOSA DE FIGUEIREDO

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – MÍDIA – DEGRAVAÇÃO. A degravação consubstancia formalidade essencial a que os dados alvo da interceptação sejam considerados como prova – artigo 6º, § 1º, da Lei nº 9.296/1996.

DENÚNCIA – RECEBIMENTO – DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES. Complementos de diligências, como juntada ao processo de inquérito, procedimento administrativo licitatório e transcrição integral das conversas telefônicas interceptadas, podem ser providenciados no curso da instrução, não impedindo o recebimento da denúncia.

DENÚNCIA – RECEBIMENTO. Atendendo a denúncia ao figurino formal e havendo o enquadramento dos fatos em tipo penal, comprovada a materialidade e indícios de autoria, cabe o recebimento.

DENÚNCIA – REJEIÇÃO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. Narrando a denúncia esquema criminoso, dirigido ao cometimento de crime único em vez de múltiplos, atípica é a imputação, considerado o delito de associação criminosa.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em receber a denúncia, nos

INQ 4013 / AP

termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Luís Roberto Barroso, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 5 de abril de 2016.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

05/04/2016

PRIMEIRA TURMA

INQUÉRITO 4.013 AMAPÁ

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: ANTÔNIO ROBERTO RODRIGUES GÓES DA SILVA
ADV.(A/S)	: LUÍS HENRIQUE ALVES SOBREIRA MACHADO
ADV.(A/S)	: BÁRBARA BARBOSA DE FIGUEIREDO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, como relatório, as informações prestadas pelo assessor Dr. Marcos Paulo Dutra Santos:

A denúncia foi formalizada pelo Ministério Público do Estado do Amapá contra Antônio Roberto Rodrigues Góes da Silva, Paulo Roberto da Gama Jorge Melem, Gian Carlo Darla Pinon Nery, Karen Cristina dos Santos Martiniuk, Felipe Edson Pinto e Paulo Dartora Cardoso, ante a suposta prática dos crimes previstos nos artigos 288 (associação criminosa), 317 (corrupção passiva) e 333 (corrupção ativa) do Código Penal e 89 (não realização de licitação fora das hipóteses legais) da Lei nº 8.666/1993. O primeiro denunciado, na qualidade de Prefeito da cidade de Macapá, teria recebido vantagem indevida para outorgar a permissão de serviço de transporte público à empresa Expresso Marco Zero, dispensando a licitação, exigida por lei.

Os autos vieram ao Supremo em razão da diplomação, como Deputado Federal, do acusado Antônio Roberto Rodrigues Góes da Silva.

INQ 4013 / AP

A Procuradoria-Geral da República requereu o desmembramento, permanecendo o inquérito no Supremo apenas quanto ao parlamentar. Pleiteou a remessa de cópia integral ao Juízo de origem, para prosseguimento em relação aos demais envolvidos. Alfim, buscou a sequência das investigações na fase em que se encontravam (artigo 4º da Lei nº 8.038/1990).

Vossa Excelência determinou o desmembramento (folhas 481 e 482).

A Procuradoria-Geral da República postulou a inclusão na pauta de julgamento da Primeira Turma para deliberar acerca do recebimento da denúncia (folha 488). Vossa Excelência determinou a notificação do denunciado para oferecer a resposta, em conformidade com o preceituado no artigo 4º da Lei nº 8.038/1990 (folhas 490 e 491).

Na resposta à acusação (folha 498 a 514), o envolvido requer o não recebimento da denúncia, por falta de justa causa, porque alicerçada na notícia de fato nº 130/2014, em apenso, e não no inquérito nº 5352-29.2013.4.01.3100, do qual seria a presente peça acusatória desdobramento, inviabilizando o acesso total, ao material informativo reunido. A ausência do inteiro teor dos áudios interceptados, da transcrição integral das conversas captadas e do ato mediante o qual autorizada a interceptação telefônica reforçariam a inexistência de justa causa. No tocante ao crime previsto no artigo 89 da Lei nº 8.666/1993 (não realização de licitação fora das hipóteses legais), aponta que o lastro probatório mínimo não pode se resumir a cópias de decisões publicadas no Diário Oficial municipal, mostrando-se necessário o exame do procedimento administrativo licitatório correspondente, o que não teria acontecido. Em relação ao delito versado no artigo 288 do Código Penal, anota a inépcia da denúncia, porque limitada a reproduzir as elementares típicas, sem especificar, em concreto,

INQ 4013 / AP

o papel de cada acusado na associação. Afirma o mesmo acerca do delito tipificado no artigo 317, § 1º, do Código Penal.

Instado a pronunciar-se, nos termos do artigo 5º da Lei nº 8.038/1990, o Procurador-Geral da República manifestou-se pelo recebimento integral da denúncia (folha 520 a 531).

É o relatório.

05/04/2016**PRIMEIRA TURMA****INQUÉRITO 4.013 AMAPÁ****VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Vê-se que o compartilhamento das provas, que desaguou na notícia de fato nº 130/2014, objetivou instruir processo-crime. Com isso, tem-se como atendido o disposto no inciso XII do artigo 5º da Constituição Federal, a revelar que o afastamento do sigilo das comunicações telefônicas somente é possível por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. O acesso, pela defesa, aos autos do inquérito nº 5352-29.2013.4.01.3100, inclusive para ciência da decisão por meio da qual autorizada a interceptação telefônica, pode ser viabilizado no curso da instrução, não repercutindo na aferição da justa causa, necessária ao recebimento da denúncia.

No tocante ao inteiro teor dos áudios captados, anoto que se encontra em mídia digitalizada, na contracapa da notícia de fato nº 130/2014. Quanto à degravação das conversas telefônicas interceptadas, há de ser na íntegra, o que não foi feito, nos termos do artigo 6º, § 1º, da Lei nº 9.296/1996, segundo o qual, “no caso de a diligência possibilitar a gravação da comunicação interceptada, será determinada a sua transcrição”. Assim entendeu o Supremo, no julgamento do agravo regimental na ação penal nº 508, da minha relatoria, em 7 de fevereiro de 2013, com acórdão publicado no Diário da Justiça do dia 19 de agosto imediato. De toda sorte, nada impede que, no curso do processo, seja realizada a transcrição, não consubstanciando óbice ao recebimento da denúncia. Idêntico raciocínio alcança o procedimento administrativo municipal que acarretou a dispensa da licitação.

As interceptações telefônicas documentadas na notícia de fato nº 130/2014, somadas às demais peças de informação lá constantes, indicam a materialidade e indícios de autoria referentes aos crimes do artigo 317, § 1º, do Código Penal e do artigo 89 da Lei nº 8.666/1993. A denúncia de

INQ 4013 / AP

folha 2 a 31 individualiza as condutas, em consonância com o figurino legal delineado no artigo 41 do Código de Processo Penal.

O mesmo não se pode dizer da imputação alusiva à associação criminosa. Na peça acusatória, narra-se esquema voltado à dispensa indevida de licitação para beneficiar a empresa Expresso Marco Zero, concedendo-lhe permissão, a título precário e provisório, para operar as linhas de transporte público – implementada pelo Decreto Municipal nº 3.488/2009, publicado no Diário de 30 de dezembro de 2009 (folha 25). O denunciado e os demais envolvidos estariam concatenados para esse fato-crime específico, e não para o cometimento de delitos, conforme exige o tipo do artigo 288 do Código Penal. Articula-se, na acusação, que os denunciados juntaram-se para praticar infração única, e não múltiplas, relatando-se que “cada um ocupando uma posição estratégica e realizando as tarefas divididas entre si, uniram-se para corromper agentes públicos e dispensar a licitação para fazer jus à permissão de serviço público, consistente em linhas de transporte coletivo”. Os alegados servidores corrompidos seriam exatamente os acusados de corrupção passiva neste processo. O caso é de concurso de pessoas, e não associação criminosa.

Ante o quadro, recebo a denúncia quanto aos crimes descritos no artigo 317, § 1º, do Código Penal e no artigo 89 da Lei nº 8.666/1993, rejeitando-a, por falta de justa causa, com base no artigo 395, inciso III, do Código de Processo Penal, relativamente ao delito de associação criminosa – artigo 288 do Código Penal.

É como voto.

05/04/2016

PRIMEIRA TURMA

INQUÉRITO 4.013 AMAPÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN - Senhor Presidente, inicialmente cumprimento o eminente Relator, os eminentes Pares, o ilustre Subprocurador-Geral da República, Doutor Edson Oliveira de Almeida, e o ilustre Advogado que ocupou a tribuna.

Eu já houvera tido a minha atenção atraída pelo longo e robusto parecer do Ministério Público Federal, no qual as preliminares foram afastadas, e percebo agora que, com a sua praxe acutíssima, o ilustre Ministro-Relator também afasta as preliminares, no que, desde logo, registro que acompanho integralmente o afastamento das preliminares, nada obstante, no que diz respeito à transcrição integral dos autos, eu o faça por premissa diversa, entendendo não necessária essa transcrição integral dos áudios interceptados. Estou citando, neste caso, como fundamento o Recurso em Habeas Corpus 122.395, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, julgado perante a Segunda Turma em 27 de maio de 2014 e, portanto, tenho esta posição, nada obstante a conclusão é precisamente a mesma a que o ilustre Ministro Marco Aurélio chegou.

No tocante ao tema que se segue às preliminares, entendo também, Senhor Presidente, que esta apreciação feita por Sua Excelência, o Relator, no sentido de não verificar a associação criminosa e sim concurso de pessoas, parece-me consentânea com o que se apresenta, do ponto de vista da materialidade que estamos aqui a examinar, dos elementos concretos trazidos à análise dessa matéria, tendo em vista que se trata precisamente do início de persecução criminal para fins de apurar as sequelas deste afastamento, que se coloca como ilegítimo e ilícito, do devido procedimento licitatório.

Portanto, Senhor Presidente, secundo, com essas observações, o relatório e voto de Sua Excelência o eminente Ministro -Relator.

05/04/2016

PRIMEIRA TURMA

INQUÉRITO 4.013 AMAPÁ

VOTO

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Senhor Presidente, também saudando a todos, em especial o Advogado, que muito bem desenvolveu a sua tese da tribuna, estou acompanhando o voto do eminente Relator pelos exatos fundamentos de Sua Excelência, ou seja, recebendo a denúncia exceto quanto ao crime de associação criminosa, mas com a ressalva, na fundamentação, no que diz respeito à necessidade de integral transcrição das interceptações. Só essa pequena ressalva, no mais acompanho.

05/04/2016

PRIMEIRA TURMA

INQUÉRITO 4.013 AMAPÁ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Presidente, talvez, para termos cada dificuldade em seu dia, possamos assentar que, nesta fase, é dispensável a transcrição, e deixar a matéria em aberto, para a Relatora decidir no processo-crime.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Perfeito, nenhuma oposição.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Nesta fase, entendo dispensável.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN - Então estamos de inteiro acordo nesse tema também.

05/04/2016

PRIMEIRA TURMA

INQUÉRITO 4.013 AMAPÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, eu também estou acompanhando o Relator, porque tenho nas minhas anotações que não foi sequer narrada a estabilidade e a permanência da associação voltada para a prática de delitos indeterminados. Então, na verdade, foi uma coautoria para um determinado fim específico, que vai ser apurado, sobre se houve realmente essa fraude à licitação com objetivos ilícitos.

Acompanho integralmente o voto do Ministro Marco Aurélio.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

INQUÉRITO 4.013

PROCED. : AMAPÁ

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INVEST.(A/S) : ANTÔNIO ROBERTO RODRIGUES GÓES DA SILVA

ADV.(A/S) : LUÍS HENRIQUE ALVES SOBREIRA MACHADO (00028512/DF)

ADV.(A/S) : BÁRBARA BARBOSA DE FIGUEIREDO (47765/DF)

Decisão: A Turma recebeu a denúncia, nos termos do voto do Relator. Unânime. Falou o Dr. Pedro Ivo Velloso, pelo Investigado. Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso. 1ª Turma, 5.4.2016.

Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma